

ESTUDOS DE CASO EM TREINO PARENTAL PARA FAMÍLIAS EM DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Fabiana Albertim Kaiser¹
Alex Eduardo Gallo²
Cynthia Borges de Moura³

RESUMO: O objetivo deste estudo foi implementar e avaliar um programa de habilidades parentais em famílias em descumprimento de condicionalidades junto ao Programa Bolsa Família, por abandono escolar entre filhos adolescentes e alta incidência de conflito familiar. O delineamento utilizado foi o estudo de caso. Participaram duas famílias, avaliadas por meio do Inventário de Estilos Parentais – IEP na condição pré e pós-intervenção e no *follow up* de três meses. A intervenção foi realizada no domicílio e consistiu de oito sessões nas quais se discutiu: autocontrole e manejo do estresse; práticas parentais positivas e negativas; análise de contingências; limites e disciplina. Os resultados mostraram que em ambas as famílias participantes houve o acréscimo de repertório comportamental nas mães quanto ao estabelecimento e cumprimento de regras, instalação ao diálogo como forma de negociação e resolução de conflitos, o fortalecimento de vínculos através do afeto, a realização de atividades conjuntas e uso do reforço positivo. O programa mostrou-se eficaz no desenvolvimento de habilidades parentais nas famílias participantes.

Palavras-chave: Educação parental; Análise do comportamento aplicada; Políticas públicas; Família.

TITLE: CASE STUDIES IN PARENTAL TRAINING FOR NONCOMPLIANCE FAMILIES OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM CONDITIONALITIES

ABSTRACT: The objective of this study was to implement and evaluate a program of parental skills in families in noncompliance with conditionalities with the Bolsa Família Program, due to school dropout among adolescent children and high incidence of family conflict. The study design was the case study. Two families participated, evaluated through the Inventory of Parenting Styles - IEP in the pre and post intervention condition and in the three month follow up. The intervention was performed at home and consisted of eight sessions in which it was discussed: self-control and stress management; positive and negative parenting practices; contingency analysis; limits and discipline. The results showed that in both participating families there was an increase in the behavioral repertoire in the mothers regarding the establishment and compliance of rules, the establishment of dialogue as a form of negotiation and resolution of conflicts, the strengthening of bonds through affection, joint activities and reinforcement positive. The program proved to be effective in developing parenting skills in participating families

Keywords: Parental education; Applied behavior analysis; Public policies; Family.

¹ Psicóloga. Mestre em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina – PR. E-mail: fabianaalkaiser@gmail.com

² Psicólogo. Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos – SP. Docente da Universidade Estadual de Londrina – PR. E-mail: aedgallo@uel.br

³ Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: cynthia-moura@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A palavra “educar”, significa: “Promover o desenvolvimento da capacidade intelectual, moral e física de (alguém) ou de si mesmo” (FERREIRA, 2000, p.251). Tal definição frequentemente relaciona a ação de educar à educação formal, direcionada ao processo de ensino-aprendizagem escolar e também ao ensinamento de padrões de comportamento e valores morais fornecidos pelas famílias aos seus membros. Mas afinal, qual a importância da educação no desenvolvimento de crianças e adolescentes?

Neste trabalho, a educação será tratada enquanto um importante fator protetivo e que vem sendo abordada por políticas sociais como o Programa Bolsa Família (PBF), como uma forma de estimular o protagonismo social e minimizar as desigualdades sociais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME [MDS], 2006; HALL, 2008; SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2019). Fatores protetivos são descritos como variáveis que diminuem a probabilidade de ocorrência de problemas. Fatores de risco, por sua vez, são variáveis associadas à alta probabilidade de resultados negativos ou indesejados (SEIBEL, FALCETO, HOLLIST, SPRINGER, FERNANDES & KOLLER, 2017).

A frequência escolar tem sido apontada como uma das contrapartidas a serem cumpridas pelas famílias beneficiárias do PBF (KAISER, HAYDU & GALLO, 2015; SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2019) e, conseqüentemente, a evasão escolar, um dos motivos de descumprimento das condicionalidades. As condicionalidades são descritas enquanto contrapartidas exigidas das famílias beneficiárias do PBF, atreladas às políticas de saúde, educação e assistência social. O descumprimento das condições pode sinalizar que a família esteja em situação de vulnerabilidade social e mereça, portanto, a atenção de equipes de referência (KAISER, HAYDU & GALLO, 2015; SOUZA & MARIN, 2017)

Este destaque é importante porque estudos indicam que problemas em relação à escolaridade estariam relacionados à prática de atos infracionais (GALLO & WILLIAMS, 2008), ao constatarem que a evasão e o fracasso escolar, e o baixo rendimento acadêmico estão entre as características de adolescentes em conflito com a lei. Os motivos mais comuns de evasão escolar apontados nesse estudos são: desinteresse, abandono, conflitos com outros alunos e/ou professores, além do fracasso escolar. Este fator de risco, aliado a problemas familiares como a exposição a violência doméstica, a estilos parentais ou mesmo a redes de

apoio ineficazes, também contribui para o insucesso escolar do adolescente. Outros estudos (GALLO & WILLIAMS, 2008; MELO, 2017) apontam a família como um dos fatores que influenciam no fracasso escolar de crianças e adolescentes. É na família que muitos problemas de ordem social são manifestados, e que retroagem diretamente nas suas condições de vida. O comportamento antissocial pode ser apreendido nesse meio (PATTERSON, REID & DISHION, 1992; MOURA, 2020), uma vez que é na família que esses primeiros comportamentos são reforçados. Levando em consideração que a família pode ser um importante fator (de risco ou de proteção) é que muitas pesquisas apontam para a importância de identificar os estilos parentais e de treinar as práticas educativas parentais, para que estes possam desenvolver em seus filhos habilidades sociais mais assertivas (CARVALHO & GOMIDE, 2005; SALVO, SILVARES & TONI, 2005; MCWILLIAM, TURNER; SANDERS, 2015; BOSCH, TORNARIA & MASSONNIER, 2016, SANTINI & WILLIAMS, 2016; MOURA, 2020).

O conceito de estilo parental é definido como um conjunto de modelos, práticas educativas, atitudes e metas empregadas pelos pais a fim de desenvolver nos filhos habilidades de socialização (GOMIDE, 2003; 2011). As práticas educativas parentais, dependendo de sua frequência e qualidade, podem desenvolver comportamentos tanto anti-sociais quanto pró-sociais. São denominadas práticas educativas positivas as que geram comportamentos pró-sociais (monitoria positiva e comportamento moral), enquanto as práticas educativas negativas são aquelas que podem levar ao desenvolvimento de comportamentos anti-sociais (negligência, abuso físico e psicológico, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria estressante) (GOMIDE, 2003; CARVALHO & GOMIDE, 2005). A exposição à violência de forma continuada e outras práticas aversivas, podem favorecer o desenvolvimento de comportamentos intolerantes à frustração, agressividade e a desmotivação para o seguimento de normas sociais, prejudicando, conseqüentemente, a aprendizagem e a socialização, pois crianças e adolescentes tendem a repetir em seu ambiente social as práticas aprendidas (GALLO, CHEFFER, MORAIS, CASCARDO, LIMA & DUARTE, 2013; SANTINI & WILLIAMS, 2016; SEIBEL *et al.*, 2017).

O campo das Habilidades Sociais Educativas (HSE) fornece importante auxílio na compreensão de vários aspectos na relação entre pais e filhos e das práticas educativas (BOLSONI-SILVA, LOUREIRO & MARTURANO, 2016). O diálogo é apontado como ponto de

partida para o desenvolvimento de todas as HSE (expressão de sentimentos, de opiniões, fazer perguntas, estabelecer limites). Através do diálogo são transmitidos padrões, valores e normas de comportamento que são aceitos no ambiente familiar e cultural no qual estão inseridos, a fim de aumentar a probabilidade de ocorrência de tais comportamentos, e incentivar comportamentos assertivos nos filhos. Cumprir promessas, desculpar-se, dizer não, estabelecer limites e negociar são comportamentos também considerados importantes no que se refere à HSE, e que se bem utilizados auxiliam na promoção de comportamentos adequados.

O presente estudo parte dos resultados de várias pesquisas (BOLSONI-SILVA *et al.*, 2016; CARVALHO & GOMIDE, 2005; SALVO *et al.*, 2005; MCWILLIAM *et al.*, 2015; MORAIS, CARVALHO & MAGALHAES, 2016) que afirmam que o desenvolvimento de habilidades pró-sociais ou de comportamentos adequados nos filhos depende de um repertório de tais habilidades nos pais.

O estudo de Bolsoni-Silva *et al.* (2016) propôs um programa, em quatro etapas, para pais brasileiros, nas quais os pais eram encorajados a falar e analisar suas influências sobre o comportamento dos filhos e, posteriormente, a criar novas contingências de modo a produzirem repertórios mais funcionais que pudessem desenvolver comportamentos mais adequados nos filhos. Os pesquisadores concluíram que este modelo de intervenção pode ser útil no desenvolvimento de habilidades nos pais sobre analisar as contingências que mantêm os comportamentos dos filhos, o que favorece mudanças satisfatórias.

Um estudo internacional amplamente conhecido na comunidade científica é o *Triple P – Positive Parenting Program* (MCWILLIAM *et al.*, 2015), que tem por objetivo a prevenção de problemas de ordem comportamental, emocional e de desenvolvimento de crianças, utilizando-se como recurso o conhecimento, desenvolvimento de habilidades e de sentimentos de confiança nos pais. Trata-se de um programa subdividido em cinco níveis, que atendem desde famílias com bebês recém-nascidos, até famílias com adolescentes de até 16 anos de idade. O primeiro nível é informativo e fornece materiais como cartilhas e fitas de vídeo com informações gerais. O segundo nível compreende duas sessões de intervenção nas quais são repassadas aos pais de crianças com problemas leves de comportamento informações sobre o desenvolvimento infantil. O terceiro nível compreende quatro sessões treinamento de habilidades parentais para pais cujos filhos apresentam

problemas de comportamento consideradas de baixa a média complexidade. O quarto nível apresenta treinamento intensivo (de quatro a oito sessões), podendo ser realizado tanto em grupo quanto individualmente, e é destinado a pais cujos filhos se encontrem com problemas severos de comportamento. O nível cinco é direcionado a famílias cujos problemas de relacionamento com os filhos são persistentes e, àquelas que estão passando por momentos de estresse intenso, devido a conflitos de ordem conjugal, depressão de genitores, presença de doença na família, ou outras crises (MCWILLIAM *et al.*, 2015).

Em resumo, revisão de estudos na área mostram que os treinamentos com pais tem algo em comum: apresentam procedimentos que tem por finalidade orientar ou instruir pais a alterar comportamentos de seus filhos através do uso adequado de reforçamento positivo, punição e extinção, obtendo, como resultado, a substituição de comportamentos infantis inadequados por adequados (MOURA, SILVARES, JACOVOZZI, SILVA & CASANOVA, 2007). Os resultados de treinos de pais mostram que, em geral, eles são efetivos para diferentes problemas de comportamento infanto-juvenil, geram grandes mudanças a curto prazo, e as mudanças comportamentais produzidas se generalizam para outros contextos, como o escolar, por exemplo.

Esses mesmos resultados são desejados nas famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, as quais foram alvos desta pesquisa, que teve como objetivo implementar e avaliar um programa de treinamento de práticas parentais com duas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades.

MÉTODO

Participantes e instrumentos. Foi realizado um estudo de caso com duas mães cujas famílias se encontravam em descumprimento de condicionalidades do PBF, por motivo de abandono escolar dos seus filhos adolescentes, e que apresentavam conflito intrafamiliar. A família 1 era composta por mãe, de 38 anos, viúva, 4º ano do ensino fundamental, filha adolescente (16 anos) que abandonou os estudos no 9º ano do Ensino Fundamental e duas filhas pequenas (3 e 8 anos). A família 2 era composta por mãe, casada, 54 anos, 1º ano do ensino fundamental, padrasto, filho adolescente (17 anos) que abandonou os estudos no 7º ano do ensino fundamental e neta (12 anos).

Para coleta de dados da pré-intervenção foi realizada entrevista semiestruturada, com as mães e seus filhos adolescentes, gravada em áudio. A entrevista direcionada às mães abordou histórico de vida, relacionamento familiar e repertório de práticas educativas parentais atuais. A entrevista direcionada aos adolescentes abordou práticas educativas dos pais, relacionamento familiar, comportamento na escola e investigação das possíveis causas do descumprimento de condicionalidades e do conflito familiar.

Foi aplicado, ainda, o Inventário de Estilos Parentais – IEP (GOMIDE, 2011) com as mães e em com seus filhos adolescentes em três momentos: antes e depois da intervenção e no *follow up* de três meses. O IEP investigou a maneira pela qual os pais educam os seus filhos, e é composto por 42 questões que abordam 7 práticas educativas, sendo 5 negativas (negligência, abuso físico, punição inconsistente, monitoria negativa e disciplina relaxada) e 2 positivas (monitoria positiva e comportamento moral). Frente aos itens do IEP o participante escolhe e assinala aquela que melhor corresponde a sua prática: sempre, às vezes ou nunca. Os resultados situam a prática educativa da referida família em estilo parental ótimo, bom, regular ou de risco.

Procedimentos. A pesquisa foi conduzida conforme as etapas descritas de acordo com as etapas a seguir, após aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA/ HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE PARANA – CAAE: 02607812.9.0000.5231; Número do Parecer: 65934; Data da relatoria: 23/07/2012).

Importante mencionar que as três primeiras foram realizadas utilizando-se o protocolo de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):

Etapa 1. Levantamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, através do Sistema de Gestão de Condicionalidades (SICON). Nos meses de referência, Setembro/ Outubro, haviam 110 famílias em descumprimento no território de abrangência do CRAS-Norte, município de Foz do Iguaçu - PR.

Etapa 2. Convite às famílias, através de visita domiciliar, para participação em uma palestra sobre as regras do PBF, realizada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Foram realizadas cinco palestras, em bairros diferentes, com média de dez famílias participantes em cada uma delas.

Etapa 3. Atendimento individual pela equipe técnica do CRAS, para identificar os motivos do descumprimento, diagnóstico da situação e encaminhamentos (para a rede de proteção sócio assistencial). Identificou-se que, das famílias atendidas, 14 (13%) encontravam-se dentro dos critérios para participação na pesquisa.

Etapa 4. Dentre as famílias com perfil, duas foram selecionadas por atenderem aos critérios de inclusão: concordância com os termos da pesquisa (assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido) e maior grau de vulnerabilidade (aquelas famílias com maiores dificuldades, presença de brigas entre pais e filhos e relatos de mães que perderam o controle em relação ao comportamento de seus filhos). Nesta mesma etapa, em Outubro de 2012, foram coletados os dados da pré-intervenção (em mães e filhos separadamente), por meio das entrevistas e aplicação do IEP. As famílias selecionadas foram, ainda, inseridas no SICON, uma ferramenta de apoio à gestão intersetorial que integra as informações do acompanhamento de condicionalidades nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. Este procedimento suspende temporariamente os efeitos das condicionalidades, e foi usado como uma variável de controle da adesão das famílias ao programa de intervenção.

Etapa 5. Intervenção. Realização de sessões semanais com duração de uma hora, nos domicílios, entre os meses de Outubro a Dezembro de 2012, conforme programação apresentada no Quadro 1. O programa de intervenção utilizado foi adaptado (GALLO & WILLIAMS, 2008; GALLO *et al.*, 2013), quanto ao número de sessões, abordagem dos encontros que, além de serem individualizados, tratou de problemas práticos trazidos pelas mães durante as sessões, e tarefas a serem realizadas entre as sessões.

Etapa 6. Coleta das medidas pós-intervenção, através da aplicação do IEP em mães e filhos separadamente logo após o término do programa e três meses depois do término da intervenção (Março de 2013) em mães e filhos, também separadamente.

Tratamento e a análise dos dados: tiveram por objetivo comparar as avaliações pré, pós-intervenção e *follow up* para o IEP para identificar se houve variação nos resultados deste instrumento, o que poderia sinalizar a eficácia do programa. Esses dados foram comparados com os relatos dos participantes. Os resultados foram organizados na forma de figuras.

Quadro 1. Temas e atividades desenvolvidas com as mães em cada sessão do programa.

Sessão	Tema e Atividade
--------	------------------

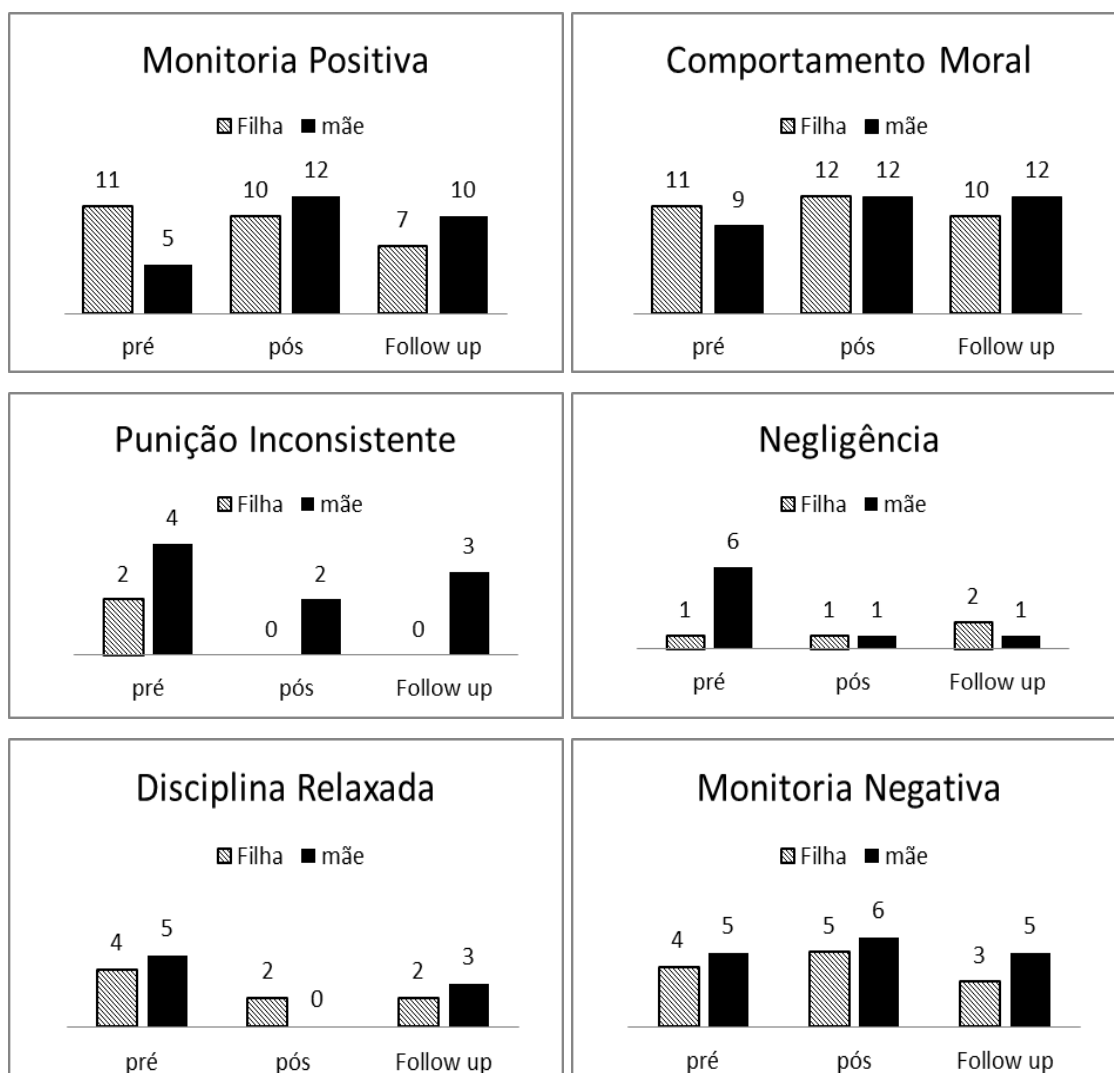
1	<p>Tema: Manejo do estresse.</p> <p>Objetivos: Identificar sinais de estresse familiar; manejar o estresse; reduzir o estresse por meio do uso de técnicas de relaxamento.</p> <p>Atividade: Identificação de estressores familiares e sugestões para combatê-lo; Técnicas de relaxamento.</p>
2	<p>Tema: Práticas parentais.</p> <p>Objetivos: Caracterizar práticas parentais positivas e negativas; identificar os tipos de práticas utilizadas pelos pais e dos quais o comportamento dos filhos é função.</p> <p>Atividade: Uso do modelo de práticas educativas parentais (Gomide, 2003), para discussão e identificação de possíveis exemplos no ambiente familiar.</p>
3	<p>Tema: Análise Funcional de Comportamentos.</p> <p>Objetivos: Analisar funcionalmente o comportamento dos filhos.</p> <p>Atividade: Treino de análise funcional com os pais. Treinamento em casa.</p>
4 /5	<p>Tema: Limites</p> <p>Objetivos: Estabelecer limites adequados na educação dos filhos.</p> <p>Atividade: Discussão a respeito do uso de regras adequadas e estabelecimento de limites, a partir do levantamento de situações problemáticas na família. Treino de negociação, e uso assertivo de disciplina.</p> <p>Tarefa de casa: discutir regras com os filhos.</p>
6 /7	<p>Tema: Uso da disciplina.</p> <p>Objetivos: Utilizar adequadamente a disciplina nas práticas educativas empregadas.</p> <p>Atividade: Discussão a respeito das regras discutidas e negociadas com os filhos e sobre o estabelecimento de consequências para o descumprimento. Treino em casa discutindo as consequências do não cumprimento das regras com os filhos.</p>
8	<p>Tema: Revisão dos conceitos e avaliação da intervenção.</p> <p>Objetivo: Avaliar uso das informações recebidas durante a intervenção nas práticas recentes empregadas pelas mães.</p> <p>Atividade: discussão sobre experiências acerca das estratégias empregadas.</p>

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Família 1

Dados de Entrevista e Inventário de Estilos Parentais. Foram representados na Figura 1 os dados de avaliação por meio do IEP das seguintes díades filha-mãe (filha avaliando a mãe) e mãe-mãe (mãe avaliando a si mesma), em três diferentes momentos: pré-intervenção, pós-

intervenção e *follow up*. Na pré-intervenção, a filha avaliou a mãe com escore total considerado ótimo (11), contrastando com a autoavaliação da mãe, cujo resultado situou-se no estilo parental de risco (-9). Na avaliação da filha, os estilos parentais negativos que se destacam no comportamento materno são a disciplina relaxada e a monitoria negativa. Especificamente sobre a falta de disciplina adequada, na entrevista o relato da adolescente corrobora os dados obtidos no IEP ao afirmar que “não tem regras em sua casa”. Estratégias que incluem o estabelecimento de regras e de uma disciplina consistente são eficazes para prevenir comportamentos inapropriados e contribuem para um relacionamento saudável com os filhos (WEBER; SALVADOR; BRANDENBURG, 2014; SANTINI & WILLIAMS, 2016; MOURA, 2020). A ausência dessas estratégias, portanto, pode ser considerado fator de risco no que tange às práticas educativas parentais.



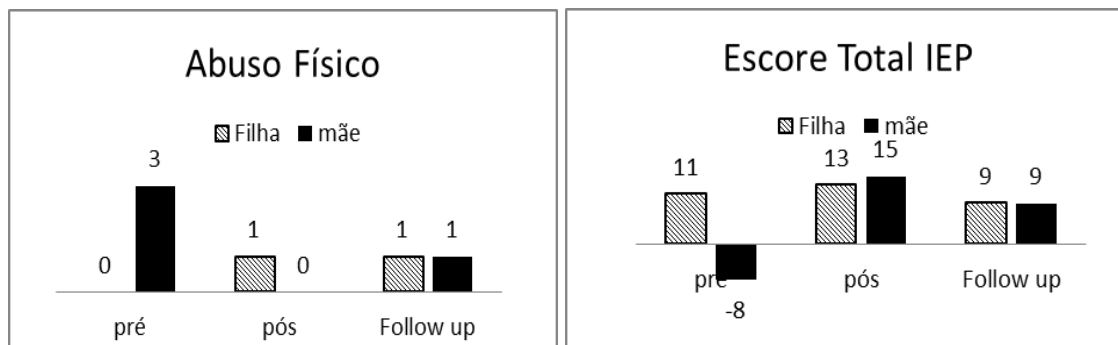


Figura 1. Escores atribuídos pela filha e pela própria mãe à cada prática parental e escore total no de pré e pós-intervenção e *follow up*.

Quanto a auto avaliação da mãe, os dados apresentam escore elevado em relação a disciplina relaxada, monitoria negativa e negligência. Na entrevista realizada com a mãe, esta relatou que a imposição de regras sempre foi responsabilidade do falecido marido e que após a morte dele manteve as regras frouxas, especialmente em relação a filha adolescente. Relata, ainda, que não acompanhava as atividades da filha, desconhecia sua rotina e não acompanhava suas atividades escolares. Contudo, a ausência de regras pode expor filhos ao comportamento antissocial (SANTINI & WILLIAMS, 2016; MOURA, 2020)

No que diz respeito aos estilos parentais positivos, a filha atribuiu a mãe pontuação em ambos as práticas. Na entrevista, a adolescente relata que a mãe dialoga com ela com frequência, que a considera um bom modelo de mãe; que a mãe se esforça para ajudá-la nas tarefas escolares; e que também a incentiva para que retorne aos estudos. Em sua avaliação quanto à monitoria positiva, a própria mãe atribuiu a si mesma pontuação inferior à da filha. Estas características são elencadas por Gomide (2011) como práticas que favorecem o comportamento pró-social dos filhos.

Quanto ao IEP total, após a intervenção, a mãe da Família 1 obteve escore 15, em contraste com o escore -8 obtido na condição inicial, passando assim de um estilo parental de risco para um estilo parental ótimo. Já a avaliação da filha apresentou escore com menor variação, de 11 para 13, mantendo-se num estilo parental ótimo. Na auto avaliação da mãe, observou-se uma diminuição em praticamente todos os escores das práticas parentais negativas, exceto a monitoria negativa, que aumentou de 4 para 5, e do abuso físico que aumentou de 0 para 1. O escore de monitoria negativa também aumentou na avaliação da filha de 5 para 6. Importante ressaltar que, no caso da Família 1, esse aumento pode

significar incremento no controle da mãe, antes ausente, em relação ao comportamento da filha, uma vez que o aumento nesse escorre ocorreu na avaliação de ambas (MOURA, 2020)

Nos dados do *follow up* da Família 1 poucas diferenças foram observadas em relação a condição de pós-intervenção, pois em cada uma das práticas, houve pouca ou nenhuma variação. Na avaliação da filha, a principal alteração refere-se à diminuição em ambas as práticas positivas e na monitoria negativa, e um acréscimo na prática negligência. Na autoavaliação materna, houve diminuição na prática monitoria positiva, e aumento na prática disciplina relaxada. Importante mencionar que a disciplina relaxada já apresentava escore elevado antes da intervenção. Ambas as avaliações obtiveram escore 9, o que situa a prática em *estilo parental bom*. Em relação a condição pós-programa isso significa que após três meses os efeitos da intervenção se mantiveram. Somando-se a isso, outro dado importante a ser considerado é o retorno da adolescente da Família 1 à escola, além da frequência em cursos profissionalizantes, provavelmente como consequência do aumento na monitoria negativa (BARKLEY; BENTON, 2014; BOLSONI-SILVA *et al.*, 2016).

Dados obtidos através de relato verbal da mãe durante as sessões. Na primeira sessão com a mãe da Família 1, foi possível levantar os principais estímulos desencadeadores de estresse familiar e as estratégias de enfrentamento empregadas. Dentre os estressores, a mãe relatou que possui dificuldades em tolerar alguns comportamentos das filhas, tais como; desorganização (brinquedos das filhas menores e roupas da filha adolescente); choros e brigas entre elas, e entre as filhas e outras pessoas; especialmente, ao fato da filha adolescente chegar sempre muito tarde e alcoolizada. Nesta mesma sessão pode-se observar sua dificuldade em estabelecer limites. A filha de 7 anos interrompeu a sessão em vários momentos mesmo que, desde sua primeira interrupção, a mãe tenha solicitado a ela que não interrompesse. Importante mencionar que o estresse familiar é fator preponderante para as práticas educativas parentais negativas (GOMIDE, 2003; 2011)

Na quarta sessão, quando esse comportamento de interrupção da criança tornou-se frequente, foi realizada intervenção *in loco*, na qual a mãe foi orientada a ignorar o comportamento da filha, a fim de colocá-lo em *time out* para fins de extinção desse comportamento (BARKLEY; BENTON, 2014). Ao seguir as instruções da pesquisadora a mãe observou que a filha deixou de interromper quando seu comportamento foi ignorado. A

consequência dessa ação pareceu reforçadora à mãe naquele momento, já que percebeu o quanto o seu próprio comportamento reforçava o da filha, por meio da atenção que sempre dava quando ela lhe solicitava. A mãe aprendeu que existe uma relação funcional entre o comportamento e a sua consequência, o que pode vir a reforçar comportamentos que ela considerava indesejáveis (SKINNER, 1979; BOLSONI-SILVA *et al.*, 2016).

Outra situação foi trabalhada pela pesquisadora *in loco* na 5ª sessão. As filhas caçulas trouxeram seus brinquedos e os espalharam pela sala de estar. A mãe foi orientada a pedir que as filhas guardassem os brinquedos e que ignorasse os comportamentos de birra ou oposição. Após o cumprimento da tarefa, a mãe foi orientada a reforçar o comportamento das filhas com elogios e com carinho. Através desta situação, foi possível ensinar a mãe: a manter-se firme na regra, fazer uso de *time out* para reduzir a frequência de comportamentos inadequados e reforçar comportamentos adequados (SKINNER, 1979). A mãe percebeu no reforço positivo importante aliado no fortalecimento de comportamentos assertivos nas filhas (BOLSONI-SILVA, *et al.*, 2016).

Ainda na quinta sessão a pesquisadora mediou uma reunião familiar com o objetivo estabelecer e negociar as regras para todos os membros da família. Tal reunião deveria ter sido realizada pela família sem a pesquisadora, mas a mãe não conseguiu realizar a atividade. Esta sessão foi adiada, uma vez a mãe e a pesquisadora, no horário da sessão, terem encontrado a adolescente alcoolizada dormindo no sofá. Naquele momento, a pesquisadora deixou à mãe a decisão de prosseguir ou não, mas ela preferiu adiá-la para a semana seguinte, e reconheceu que tais comportamentos da filha adolescente aumentaram de frequência. Cabe salientar que tal comportamento da adolescente é caracterizado como de risco e, associado a um estilo parental de risco, considerando a ausência de regras e uma disciplina estruturada (CARVALHO & GOMIDE, 2005; SALVO *et al.*, 2005; SCHMIDT, STAUDT & WAGNER, 2016).

Durante a reunião, houve dificuldade em reunir toda a família na sala para discutir a rotina familiar e as regras. As regras, e as consequências para o seu não cumprimento, foram discutidas e negociadas por todos. No final a adolescente passou a discordar das regras que a envolviam, mesmo após ter participado da negociação. Foi necessária intervenção da pesquisadora para delimitar os papéis de mãe e de filha. A indefinição de papéis e de regras influencia em comportamentos de violência, enquanto que papéis e regras bem definidos

favorecem a reciprocidade e a redução de problemas de comportamento (WEBSTER-STRATTON, 2011; BARKLEY & BENTON, 2014; MOURA, 2020). O estabelecimento de papéis também favorece a transmissão de modelos de comportamento e o comportamento moral (SALVO *et al.*, 2005).

Entre as sessões a pesquisadora sugeriu atividades para serem realizadas entre a mãe e suas filhas, para estimular a convivência familiar e fortalecer os vínculos – cozinhar juntas, brincadeiras de perguntas e respostas, etc. Tais atividades, de acordo com o relato da mãe, permitiu maior aproximação com as filhas. A mãe teve dificuldade em compreender a análise funcional, mas conseguiu perceber as contingências de reforço que envolvem a sua relação com as filhas, e o quanto ela mesma mantém certos comportamentos (SKINNER, 1979; BOLSONI-SILVA *et al.*, 2016).

As sessões se seguiram de modo a manejar possíveis dificuldades vivenciadas pela mãe. Mesmo o comportamento da adolescente não tendo mudanças imediatas, a mãe relatou sentir-se mais confiante para manter a disciplina em sua casa, fazendo uso de reforçadores naturais e arbitrários (elogios ou cozinhando) para fortalecer os comportamentos desejados; ou deixando de reforçar comportamentos inadequados, conforme é descrito nas pesquisas (MCWILLIAM *et al.*, 2015; SCHMIDT *et al.*, 2016). Este último foi observado na 7ª sessão, quando a filha caçula quis interromper novamente e a mãe não reforçou o comportamento dela, que saiu, sem fazer birra.

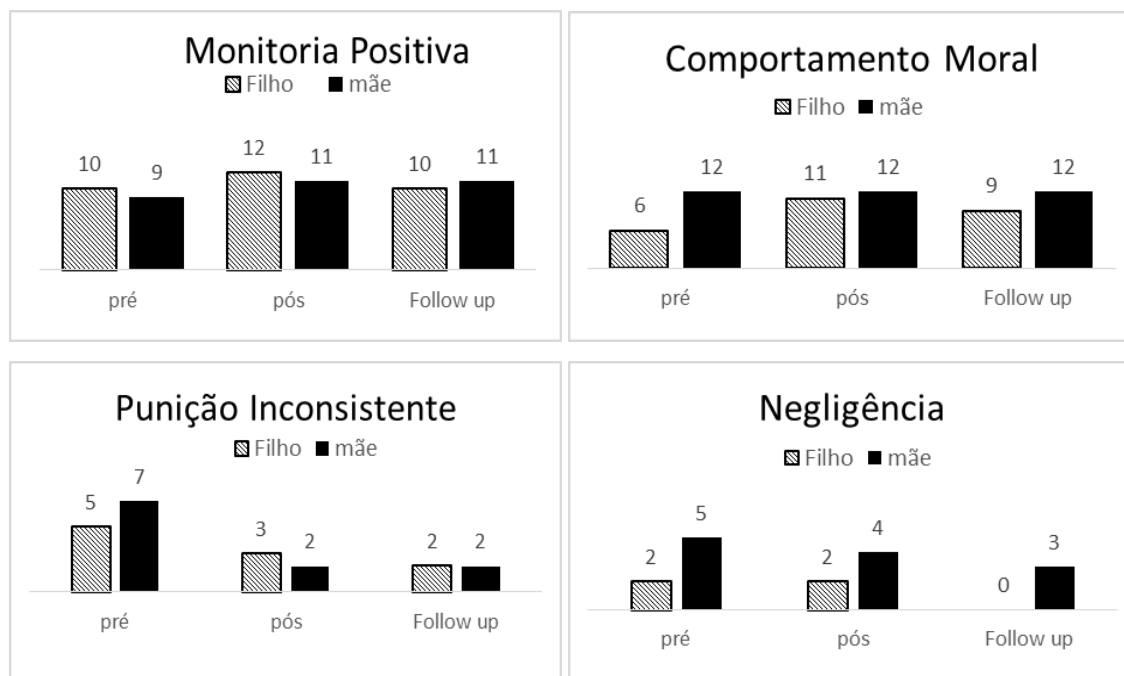
Na última sessão foi realizada avaliação da intervenção com a mãe, que relatou se sentir confiante em estabelecer uma disciplina adequada e que já observava mudanças: crianças não deixam mais os brinquedos espalhados; a filha adolescente realiza suas responsabilidades sem que a mãe as solicite, diminuiu a quantidade de bebida, embora ainda passe do horário de chegar em casa em alguns dias da semana. Mãe relata que aprendeu a fortalecer os comportamentos desejados e a enfraquecer os indesejados (SKINNER, 1979, BOLSONI-SILVA *et al.*, 2016; BOSCH, *et.al.*, 2016) ; a manter firmeza no estabelecimento de regras, estabelecer consequências adequadas e a negociá-las sempre que possível. Como consequência das mudanças supracitadas, a mãe afirma que o conflito diminuiu e deu lugar a possibilidades de diálogo entre ela e as filhas. Além disso, a adolescente se comprometeu a retomar os estudos no início do ano letivo, sendo constatado na sessão de *follow up*. Tais resultados vão de encontro aos encontrados em

programas como o *Triple-P*, onde pais assistidos apresentaram diminuição nos problemas comportamentais dos filhos, corrigiram práticas parentais disfuncionais e aumentar sua confiança em si mesmos (MCWILLIAM *et al.*, 2015).

Na sessão de *follow up*, a mãe relatou que a filha adolescente diminuiu a frequência das saídas e tem retornado mais cedo; tem frequentado às aulas e cursos profissionalizantes regularmente e cumpre suas responsabilidades nas tarefas domésticas. Relatou, ainda, que brigas diminuíram e tem monitorado de perto as atividades da filha, favorecendo o cuidado e, portanto, o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais. Resultados semelhantes podem ser observados nas pesquisas (BOLSONI-SILVA *et al.*, 2016; MORAIS *et al.*, 2016; BOSCH, *et al.*, 2016).

Família 2

Dados de Entrevista e Inventário de Estilos Parentais. Na família 2, os dados obtidos através do IEP (Figura 2) mostram que o filho localiza as práticas educativas parentais da mãe no estilo parental irregular (escore 3). A mãe, por sua vez, avaliou suas próprias práticas de acordo com um estilo parental de risco (escore -10).



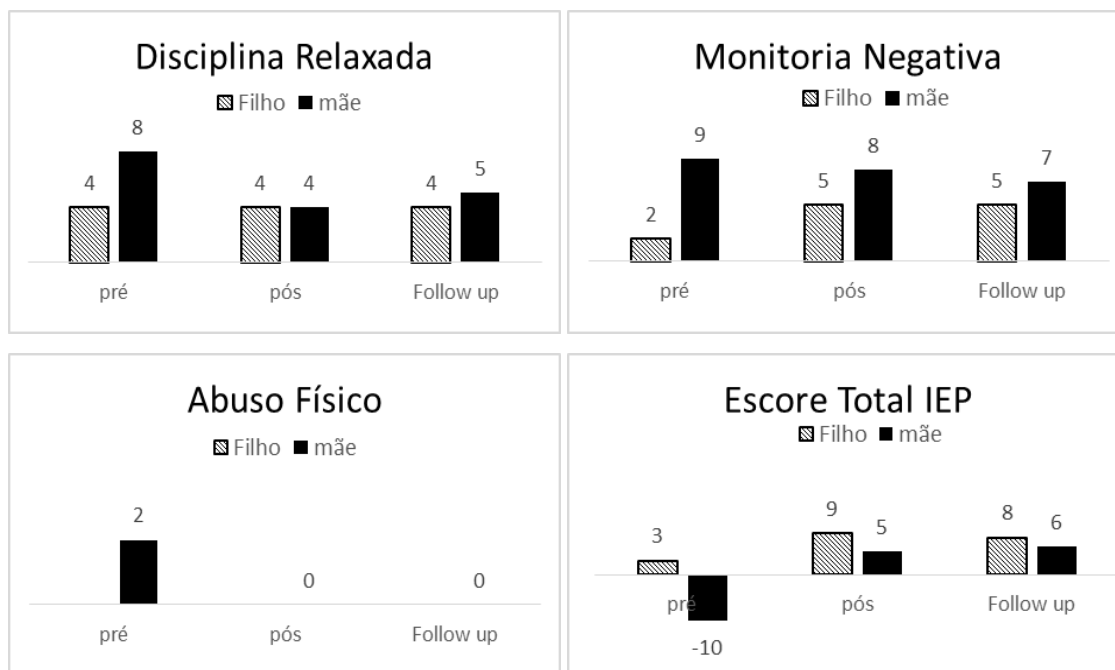


Figura 2. Escores atribuídos pelo filho e pela própria mãe à cada prática parental e escore total no de pré e pós-intervenção e *follow up*.

Entre as práticas que merecem destaque na avaliação do filho, estão a punição inconsistente e a disciplina relaxada. Estas também se destacaram na auto avaliação materna, somando-se a monitoria negativa. Na entrevista com o filho este não relatou comportamentos que pudessem exemplificar essas práticas educativas. Contudo, no relato da mãe pode-se selecionar alguns exemplos: brigar com frequência quando o filho chega fora do horário, ficar esperando o filho retornar quando sai, sempre achar que ele está mentindo, etc. O excesso de monitoria negativa frequentemente está relacionada ao comportamento de mentir (CARVALHO & GOMIDE, 2005; GOMIDE, 2011).

De modo geral, as práticas educativas positivas da mãe são avaliadas de forma semelhante por ambos. Nas entrevistas podem ser observados relatos nos quais essas práticas são evidenciadas. A mãe relata que costuma acompanhar a rotina escolar do filho e da neta, além de passar tempo de qualidade e demonstrar preocupação com o bem-estar deles. O filho confirma esses cuidados, justificando, portanto, o elevado nível da prática educativa relacionada à monitoria positiva. O comportamento moral também é exemplificado na entrevista, onde ambos relatam que a mãe costuma transmitir valores relacionados ao que é certo/ errado e também incentiva hábitos positivos, como os estudos (WEBER *et al.*, 2014; SANTINI & WILLIAMS, 2016).

Na auto avaliação pós-intervenção, a mãe passou do escore -10 para 5, de um estilo parental de risco para um estilo parental bom. O adolescente avaliou a mãe com escore 3 antes e 9 após o programa, passando de um estilo parental regular para um estilo parental bom.

Assim como na Família 1, o escore de monitoria negativa na auto avaliação materna também se manteve elevado na Família 2, passando de 9 para 8. A mãe manteve a condição inicial nas práticas relacionadas a negligência, disciplina relaxada e abuso físico, com diminuição na punição inconsistente e aumento no comportamento moral (de 6 para 11). Quanto à avaliação das práticas educativas parentais pelo filho, observa-se diminuição nos escores, sendo a monitoria negativa a única que manteve escore elevado, o que significa que o controle materno sobre o comportamento do filho se manteve de forma negativa (CARVALHO & GOMIDE, 2005; GOMIDE, 2011).

Quanto ao *follow up*, também houve pouca variação. Na avaliação realizada pelo filho, destacou-se a diminuição nas práticas educativas positivas, e nas práticas educativas negativas de punição inconsistente e negligência. A auto avaliação materna se manteve, com pequeno decréscimo em negligência e monitoria negativa e pequeno aumento em disciplina relaxada. Os escores totais foram de 8 pelo adolescente e 6 pela mãe, ambos estilo parental bom. O adolescente também foi matriculado na escola e reiniciou os estudos, demonstrando a importância das práticas educativas parentais na escolarização e acompanhamento escolar dos filhos (BARKLEY & BENTON, 2014).

Dados obtidos através de relato verbal da mãe durante as sessões. Na primeira sessão foi possível explorar os principais estressores da mãe: o não cumprimento de regras pelo filho e irritação diante de ruídos produzido pelos vizinhos, eventos estes que servem de contexto para reações emocionais de irritação e somatização. A pesquisadora ensinou a mãe técnicas de relaxamento (técnica de relaxamento progressivo de Jacobson [JACOBSON, MARTELL & DIMIDIJAN, 2001]) e respiração para minimizar as tensões corporais e na região da nuca. Uma outra estratégia utilizada foi a escuta psicológica, de modo a oportunizar o alívio das tensões através da fala, o que acontecia nos primeiros minutos das sessões. Reforço positivo também foi um recurso amplamente utilizado pela pesquisadora, a fim de fortalecer as práticas positivas em relação a sua família. Um exemplo foi o esforço empreendido pela mãe para confiar em uma informação fornecida pelo filho. Este

comportamento foi alvo de reforço pela pesquisadora, que pôde explorar com a mãe o efeito do excesso de monitoria negativa (desconfiar sempre do filho) sobre o controle ineficaz dos comportamentos dele, conforme evidenciam as pesquisas (CARVALHO & GOMIDE, 2005; GOMIDE, 2011).

Quanto as atividades realizadas entre as sessões, a mãe teve dificuldades na realização da análise funcional, porém, conseguiu relacionar comportamentos, antecedentes e consequências na manutenção de comportamentos desejados e indesejados (SKINNER, 1979; GALLO *et al.*, 2015; BOLSONI-SILVA *et al.*, 2016). As atividades que visavam a interação da mãe com o filho e a neta tiveram bons resultados, e oportunizou que todos se conhecessem um pouco melhor.

Já na 4ª sessão a mãe relatou ter sentido melhora no quadro de estresse, a partir da escuta psicológica, que lhe permitiu falar de seus problemas e explorar novas possibilidades de resolução. Também relatou que tem conseguido dialogar com o filho e a neta sem apresentar reações emocionais, fazendo uso de disciplina de forma consistente, achados estes também observados nas pesquisas (CARVALHO & GOMIDE, 2005; GOMIDE, 2011; WEBSTER-STRATTON, 2011).

A tarefa de realizar reunião familiar para discutir e negociar a rotina também foi cumprida pela mãe, que a descreveu como um momento de descontração entre ela, o filho e a neta e como uma oportunidade de discutir a rotina familiar de forma conjunta e negociada, estabelecendo regras claras, assim como consequências bem definidas quando as regras não forem cumpridas. Foram estabelecidas regras referentes a horários das refeições e do banho, a tarefas domésticas e escolares, e horários para chegar e sair de casa. A mãe relatou que essas regras já estavam em vigor no mesmo dia em que haviam sido acordadas. Disciplina consistente favorece o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais e melhora a qualidade da interação entre pais e filhos (SALVO, *et al.*, 2005; CARVALHO & GOMIDE, 2005; PRADA, 2007; GOMIDE, 2011; WEBER *et al.*, 2014; BOLSONI-SILVA *et al.*, 2016).

Nas sessões seguintes, foi constatado que a rotina estava sob controle, e que poucos comportamentos que se desviaram das regras propostas foram observados. O comportamento de birra da neta no horário de banho, foi colocado em *time out*. Na sessão de avaliação, a mãe relatou que aprendeu a se comunicar de forma mais assertiva,

mantendo as emoções sob controle, além de se manter firme na exigência do cumprimento das regras, negociando o que é passível de negociação e sem reforçar comportamentos de birra ou mesmo tentativas do filho em fazê-la mudar de ideia. Relatou, ainda, que se sentia mais confiante para educar e que isso trouxe consequências no comportamento do filho e da neta, que também estão mais receptivos. Descreve que sente sua saúde mais estável e os eventos estressores do ambiente já não exercem mais tanta influência sobre seu comportamento. McWilliam *et al.* (2015) observou em seus estudos que quando os pais conseguem desenvolver habilidades educativas mais assertivas se sentem confiantes em educar e apresentam sentimentos de bem-estar.

Na sessão de *follow up* a mãe relatou que nas últimas semanas o adolescente apresentou comportamento de oposição e desobediência, após reaparecimento do pai e que, nestas situações não conseguiu manter o controle das emoções. O adolescente confrontou a mãe para ir visitar o pai em Santa Catarina. A mãe descreve que se sentiu, inicialmente, insegura com a situação, mas compreendeu o quanto essa aproximação era importante para o filho e permitiu que ele fosse. Esse foi um passo importante demonstrado pela mãe, relacionado ao decréscimo da monitoria negativa (CARVALHO & GOMIDE, 2005; GOMIDE, 2011)

Quanto ao retorno escolar do adolescente, na sessão de *follow up* foi constatado que ele retornou a escola e que frequentava as aulas, porém a mãe afirma que ele “matou” aulas em alguns dias letivos. O jovem se comprometeu em continuar os estudos em Santa Catarina, onde está indo residir com sua irmã (próximo a casa do pai) nos meses seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises dos dois casos, pode-se observar que a intervenção foi eficiente junto às duas famílias, cada qual dentro das suas especificidades e dificuldades. Em ambas houve o acréscimo de um repertório comportamental materno quanto a: estabelecimento e cumprimento de regras; diálogo como forma de negociação e resolução de conflitos; expressão afetiva como forma de fortalecimento dos vínculos; e uso do reforço positivo para comportamentos adequados, resultados esses também observados no conhecido *Incredible years* (WEBSTER- STRATTON, 2011; MOURA, 2020). Esse novo repertório permite que práticas educativas positivas sejam fortalecidas e mantidas, assim como o enfraquecimento

de práticas negativas, as quais influenciam os comportamentos antissociais, conforme sinaliza a literatura (CARVALHO & GOMIDE, 2005; BOSCH, *et.al.*, 2016; BELEAN & NĂSTASĂ, 2017; MOURA, 2020). A intervenção também oportunizou a ampliação do sentimento de confiança nas mães participantes (MCWILLIAM *et al.*, 2015).

A intervenção no domicílio garantiu a adesão ao programa, uma vez que as famílias não precisaram se deslocar até a pesquisadora, e facilitou também o acesso desta à rotina familiar (SCHMIDT *et al.* 2016) Essa abertura das famílias ao acesso da pesquisadora no domicílio parece ter ocorrido em função do respeito e reconhecimento do trabalho do CRAS como fonte de apoio psicossocial. Por outro lado, algumas limitações deste estudo devem ser consideradas. Por ter se configurado como estudo de caso, os dados não podem ser generalizados para outras famílias, mesmo em contextos semelhantes. Embora o formato, adaptado de formatos anteriores para populações semelhantes, tenha se mostrado aparentemente eficiente, estudos devem ser conduzidos, alterando-se o modelo do programa ou mesmo estendendo a um número mais significativo de família, a fim de garantir uma maior estabilidade ou aplicabilidade dos resultados obtidos.

Acredita-se que o número reduzido de famílias participantes contribuiu para a eficácia do programa, conforme a conclusão também realizada nos estudos de Moura (2020), embora estes achados, tanto quanto os da presente pesquisa não permitam extrapolar esses resultados para fora da intervenção proposta.

Contudo, essa limitação parece não inviabilizar a utilização do formato do presente programa em serviços que atendam famílias em situação de vulnerabilidade, tanto individualmente, quanto em grupo, mesmo frente às variáveis do próprio serviço: escassez de recursos humanos e materiais, e grande número de famílias vulneráveis a serem acompanhadas. Demonstra a importância da intervenção junto a famílias com este perfil, também observados por Schmidt *et al.* (2016).

Considerando os objetivos iniciais da pesquisa, pode-se afirmar, a partir dos estudos de caso realizados, que o programa implementado foi efetivo para o treinamento de práticas parentais entre as famílias beneficiárias do PBF e em descumprimento de condicionalidades, especialmente na superação da condição de abandono escolar dos filhos. Também parece ter tido efeitos positivos no fortalecimento de vínculo das famílias participantes enquanto fator protetivo (MOURA, 2020).

Conclui-se, portanto, que o treino de práticas parentais, conforme descrito pelas várias pesquisas que embasaram este estudo, configura-se num recurso que, em geral, apresenta resultados satisfatórios na prevenção de futuros problemas de comportamento, uma vez que capacita pais no manejo de problemas reais e atuais. Contudo, ainda há a necessidade de se pesquisar sobre formatos de programas preventivos para comunidades pobres que otimizem as relações custo-benefício (PATTERSON & DISHION, 1992; CIA, WILLIAMS & AIELLO, 2005; CARVALHO & GOMIDE, 2005; PRADA, 2007; MOURA, *et.al.*, 2007; BOLSONI-SILVA *et. al.*, 2016; SCHMIDT, *et.al.*, 2016).

REFERÊNCIAS

BELEAN, R. D.; NĂSTASĂ, L. E. The relationship between parental style, parental competence and emotional intelligence. *Bulletin of the Transilvania University of Brasov. Social Sciences and Law.*, v. 10, n. 2, 2017, p. 181-190.

BARKLEY, R. A.; BENTON, C. M. *Your defiant child: Eight steps to better behavior*. New York: Guilford Press, 2013

BOLSONI-SILVA, A.T., LOUREIRO, S.R., MARTURANO, E.M.. Comportamentos internalizantes: associações com habilidades sociais, práticas educativas, recursos do ambiente familiar e depressão materna. *Psico*, 47(2), 2016, p. 111-120. doi: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2016.2.20806>.

BOSCH, A.C., TORNARIA, M.L.G., MASSONNIER, N. Estilos relacionales parentales: estudio com adolescentes y sus padres. *Revista de Psicologia*, 34 (3), 2016, p. 413-444. doi: <https://doi.org/10.18800.201602.008>.

CARVALHO, M.C.N., GOMIDE, P.I.C. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estud. psicol. (Campinas)*, 22(3), 2005, p. 263-275. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000300005>.

CIA, F., WILLIAMS, L.C.A., AIELLO, A.L.R. Intervenção focada na família: um estudo de caso com mãe adolescente e criança de risco. *Rev. Bras. Ed. Esp. Marília*, 11 (1), 2005, p. 49-66. Recuperado em abril 10, 2018, de http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista11numero1pdf/4analuciaaiello.pdf

FERREIRA, A.B.H. *Miniaurélio* – o dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GALLO, A.E., WILLIAMS, L.C.A. A Escola como Fator de Proteção à Conduta Infracional de Adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38(13), 2008, p. 41-59. doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000100003>.

GALLO, A.E., CHEFFER, L., MORAIS, A.O., CASCARDO, G.M., LIMA, A.C.S. DUARTE, A.C. Intervenção em grupo para ensino de práticas parentais a mães de crianças com problemas

de comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 6(2), 2013, p. 187-202. doi: <https://doi.org/10.18542/rebac.v6i2.1118>.

GOMIDE, P.I.C. Estilos parentais e comportamento anti-social. In: Z. Del Prette & A. Del Prette (Orgs). *Habilidades Sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção*. Campinas: Alínea, 2003, p. 21-60.

GOMIDE, P.I.C. *Inventário de Estilos Parentais (IEP): modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HALL, A. Brazil's Bolsa Família: A Double-Edged Sword? *Development and Change*. 39 (5), 2008,, p. 799-822. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2008.00506.x>.

JACOBSON, N. S., MARTELL, C. R., DIMIDJIAN, S. Behavioral activation treatment for depression: Returning to contextual roots. *Clinical Psychology: Science & Practice*, 8, 2001, p. 255-270.

KAISER, F.A., HAYDU, V.B., GALLO, A.E. Uma interpretação analítico-comportamental de contingências estabelecidas pelo Programa Bolsa Família. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 27(3), 2015, p. 70–83. doi: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v17i3.816>.

MCWILLIAM, J. ; TURNER, K. T; SANDERS, M. R. The Triple P–Positive Parenting Program: A Community-Wide Approach to Parenting and Family Support. In: Family-Based Prevention Programs for Children and Adolescents. *Psychology Press*, 2015. p. 146-171.

MELO, D.C.C. O fracasso escolar: abordagens reflexivas e o olhar dos pais diante o insucesso escolar de seus filhos. *Multidebates*, 1(2), 2017, p. 140-148. Recuperado em janeiro, 03, 2018 de <http://itopedu.com.br/revista/index.php/revista/article/view/31/33>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). *Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília-DF, 2006.

MORAIS, R.L.S., CARVALHO, A.M., MAGALHÃES, L.C. The environmental context and the child development: Brazilian studies. *Journal of Physical Education*, 27, 2016, e2714. doi: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2714>.

MOURA, C.B., SILVARES, E.F.M., JACOVOZZI, F.M., SILVA, K.A., CASANOVA, L.T. Efeitos dos procedimentos de videofeedback e modelação em vídeo na mudança de comportamentos maternos. *Revista Brasileira de Terapias Comportamentais e Cognitivas*, 9 (1), 2007, p. 115-128. doi: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i1.149>

MOURA, D.P.F. *Comportamentos antissociais na infância: proposta e avaliação do Programa Aprendendo sobre Filhos*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza, 2020.

PATTERSON, G., REID, J., DISHION, T. *Antisocial Boys*. EUA: Castalia Publishing Company; 1992.

PRADA, C.G. *Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil*. Tese de Doutorado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007. Recuperado em janeiro, 08, 2018, de

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2828/TeseCGP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

SALVO, C.G., SILVARES, E.F.M., TONI, P.M. Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia*, 22(2), 2005, p. 187-195. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000200008>.

SANTINI, P.M.; WILLIAMS, L.C.A. Parenting Programs to Prevent Corporal Punishment: A Systematic Review. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 63, Apr. 2016, p. 121-129. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2016000100121&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-43272663201614>.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Bolsa Família*. Recuperado em dezembro, 06, 2019, de <http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/servicos/bolsa-familia>

SEIBEL, B.L.; FALCETO, O.G., HOLLIST, C.S., SPRINGER, P., FERNANDES, C.L.C, KOLLER, S.H. Rede de apoio social e funcionamento familiar: estudo longitudinal sobre famílias em vulnerabilidade social. *Pensando famílias*, 21(1), 2017, p. 120-136. Recuperado em junho, 25, 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000100010&lng=pt&tlng=pt

SCHMIDT, B., STAUDT, A., WAGNER, A. Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: uma revisão integrativa. *Contextos Clínicos*, 9 (1), 2016, p. 2-18. doi: : <https://doi.org/10.4013/ctc.2016.91.01>.

SKINNER, B.F. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes; 1979. (Originalmente publicado em 1953).

SOUZA, X.R., MARIN, A.H. Intervenção com famílias em descumprimentos das condicionalidades do Programa Bolsa Família. *Saúde e Sociedade* [online]. 2017, v. 26, n. 2 [Acessado em 02 Abril 2020], pp. 596-605. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902017160112>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017160112>.

WEBER, L. N. D.; SALVADOR, A. P.; BRANDENBURG, O. *Programa de Qualidade na Interação Familiar-Manual para Aplicadores*. Curitiba: Juruá, 2014.

WEBSTER-STRATTON, C. *The Incredible Years: parents, teachers and child's training series: program content, method, research an dissemination*. USA, Seattle: The Incredible Years, 2011.

Recebido em 14 de maio de 2019.

Aprovado em 10 de março de 2020

